





### ÍNDICE

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES LEGAIS	2
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES LEGAIS	2
Artigo 2° - Autonomia e Funcionamento	2
Artigo 3° - Competências	2
Artigo 4° - Funções	
Artigo 5° - Direito a Apresentar Reclamação	3
CAPÍTULO II - PROCEDIMENTOS	
Artigo 6° - Reclamação	
Artigo 7° - Requisitos da Reclamação	
Artigo 8° - Canais para Formalizar a Reclamação	
Artigo 9° - Inadmissibilidade da Reclamação	5
Artigo 10° - Prazos	6
Artigo 11° - Tratamento da Reclamação	
Artigo 12º - Dever de Fundamentação e Comunicação da Decisão	6
Artigo 13° - Dever da Reclamação	
Artigo 14° - Recurso ao Provedor do Cliente	
Artigo 15° - Dever de Colaboração com o Provedor	
Artigo 16° - Registo	
Artigo 17° - Revisão	8
Artigo 18° - Aprovação e Entrada em Vigor	



# CAPÍTULO I DIPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º Objecto

O presente regulamento tem como fundamento legal a Lei 18/22 de 7 de Julho - Lei da Actividade Seguradora e Resseguradora, e a norma Regulamentar 3/25 de 7 de Março sobre Conduta de Mercado e Tratamento de Reclamações. Tem por objecto regulamentar os termos e condições de funcionamento do Centro de Reclamações da Confiança Seguros, S.A, bem estabelecer o conjunto de normas e procedimentos que, no cumprimento da legislação aplicável, devem ser observadas pelos respectivos membros.

# Artigo 2° Autonomia e Funcionamento

- 1. O *Centro de Reclamações* é uma área autónoma hierarquicamente dependente do *Conselho de Administração*, responsável pela gestão centralizada de recepção e respostas de reclamações.
- 2. O *Centro de Reclamações* é integrado por colaboradores com idoneidade e qualificação profissional adequados para a gestão dos processos que lhe sejam submetidos.
- 3. O Centro de Reclamações assegura:
  - a) A implementação e manutenção de um sistema de controlo actualizado por forma a permitir evidenciar o histórico de atendimento e os dados de identificação dos consumidores, produtos e serviços, de modo a detectar e corrigir os problemas recorrentes ou sistémicos e acautelar os eventuais riscos legais e/ou operacionais;
  - b) A implementação e manutenção de um mecanismo de reporte interno ao *Conselho de Administração*, ao *Provedor do Cliente*, e ao órgão supervisor;
  - c) A implementação e manutenção de um mecanismo de monitorização do cumprimento da política de tratamento de clientes;
  - d) Ampla divulgação sobre a sua existência, finalidade e formas de utilização.

# Artigo 3° Competências

 Ao Centro de Reclamações compete receber, apreciar e decidir sobre as reclamações dos Tomadores de Seguros, Segurados, Beneficiários, Mediadores, Parceiros ou outros Terceiros Lesados, Pessoas Singulares ou Colectivas, de acordo com os procedimentos e prazos fixados no presente regulamento.

Elaborado por:	Verificado por:	Aprovado por:	Revisão:
Gabinete Jurídico	Gabinete de Compliance	Conselho de Administração	2
17/09/2018	12/06/2024	19/06/2025	14/05/2025
SGO - Controle de Documentos e Registo:			P1_47_PR1_1



- 2. Ao *Centro de Reclamações* compete ainda:
- a) Tratar de forma equitativa, imparcial, célere e eficiente as reclamações que sejam submetidas a sua consideração;
- b) O tratamento adequado dos dados pessoais dos reclamantes, das informações e documentos apresentados;
- c) A prevenção e gestão de conflitos de interesses;
- d) Informar sobre a evolução do processo sempre que solicitado pelo reclamante ou pelo respectivo representante legal.
- e) Decidir sobre as reclamações submetidas ao *Centro de Reclamações*;
- f) Emitir recomendações sobre as Reclamações.

# Artigo 4° Funções

### O Centro de Reclamações tem como funções:

- a) Acusar a recepção da reclamação no prazo estabelecido;
- b) Verificar o cumprimento dos pressupostos de apresentação de reclamações;
- c) Instruir o processo de reclamação e assegurar o diálogo entre a **Confiança Seguros**, **S.A** e o reclamante;
- d) Solicitar da área competente, informações e documentos que considere necessários e convenientes para a cabal apreciação dos factos aduzidos na reclamação;
- e) Prestar os esclarecimentos e informações relevantes e necessários sobre a tramitação do processo e observar o prazo previsto para a sua conclusão;
- f) Apresentar, por escrito, dentro dos prazos estabelecidos, respostas as reclamações apresentadas;
- g) Propor ao *Conselho de Administração*, quando necessário, recomendações, medidas correctivas ou de aprimoramento de procedimentos e de rotinas, em função da análise das reclamações recebidas e das deficiências identificadas.

# Artigo 5° Direito a Apresentar a Reclamação

- 1. Os Tomadores de Seguros, Seguros, Beneficiários ou Terceiros Lesados, observados os requisitos de admissibilidade aqui definidos, gozam do direito de apresentar, ao *Centro de Reclamações* da *Confiança Seguros, S.A*, as reclamações que considerem relevantes.
- 2. A apresentação de reclamações não acarreta quaisquer custos ou encargos para os reclamantes.
- 3. Das decisões proferidas pelo *Centro de Reclamações* cabe recurso ao *Provedor do Cliente*.

Elaborado por:	Verificado por:	Aprovado por:	Revisão:
Gabinete Jurídico	Gabinete de Compliance	Conselho de Administração	2
17/09/2018	12/06/2024	19/06/2025	14/05/2025
SGO - Controle de Documentos e Registo:			P1-47-PR1-1



4. A intervenção do *Provedor do Cliente* não inibe ou prejudica o direito do reclamante de recorrer aos tribunais ou a outros mecanismos de resolução extrajudicial existentes.

# CAPÍTULO II PROCEDIMENTOS

# Artigo 6° Reclamação

- 1. Considera-se *Reclamação*, a ser apresentada pelos Tomadores de Seguros, Segurados, Beneficiários ou outros Terceiros Lesados, Mediadores, Parceiros, Pessoas Singulares ou Colectivas:
- a) A manifestação de discordância em relação a posição assumida pela **Confiança Seguros**, **S.A**;
- b) A insatisfação em relação aos serviços prestados;
- c) Eventual incumprimento contratual ou legal pela Confiança Seguros, S.A;
- d) Tudo quanto não seja subsumível nas alíneas anteriores, mas que se configure contrário ao *Código de Conduta* e as políticas internas da **Confiança Seguros**, **S.A**.
- 2. Para efeitos aqui estabelecidos, não se insere no conceito de reclamação, as declarações que integram o processo de negociação contratual, interpelações para cumprimento de deveres legais ou contratuais, comunicações inerentes ao processo regularização de sinistros e eventuais pedidos de informação ou de esclarecimentos.

# Artigo 7º Requisitos da Reclamação

- 1. A reclamação deverá ser apresentada por escrito, contendo os seguintes elementos:
- a) O nome completo do reclamante e/ou da pessoa que o represente;
- b) Referência à qualidade de reclamante, nomeadamente, Tomador de Seguro, Segurado, Beneficiário ou outros Terceiros Lesados, Mediadores, Parceiros, Pessoas Singulares ou Colectivas:
- c) Os dados de contacto do reclamante e/ou da pessoa que o represente;
- d) Cópia do documento de identificação do reclamante;
- e) Referência à apólice de seguro ou do processo de sinistro quando a reclamação incida sobre um destes obiectos:
- f) Descrição clara e pormenorizada dos factos que motivam a reclamação, designadamente, a data e o local em que os mesmos correram e a identificação dos respectivos intervenientes;
- g) A assinatura do reclamante ou da sua representação legal;
- h) Data e local da reclamação.

Elaborado por:	Verificado por:	Aprovado por:	Revisão:
Gabinete Jurídico	Gabinete de Compliance	Conselho de Administração	2
17/09/2018	12/06/2024	19/06/2025	14/05/2025
SGO - Controle de Documentos e Registo:			P1-47-PR1-1



- 2. O reclamante poderá anexar à reclamação, os documentos de suporte necessários para sua apreciação.
- 3. Na ausência de alguns dos elementos acima enumerados a **Confiança Seguros**, **S.A** convidará o reclamante para, no prazo de 5 (cinco) dias, adicionar os dados em falta.

# Artigo 8º Canais para Formalizar a Reclamação

A apresentação da reclamação pode ser feita pessoalmente ou por meios informáticos e electrónicos, através dos seguintes canais:

- Endereço electrónico: reclamacoes@confiancaseguros.co.ao
- Formulário de Reclamações disponível nas Agências
- Página Institucional: www.confiancaseguros.co.ao
- Telefone: (+244) 941 804 812
- Por carta, endereçada à **Confiança Seguros**, **S.A**, edifício Beira, Zona Financeira do Patriota (*ZFP*), Estrada do Lar do Patriota **Luanda**, Angola.

# Artigo 9° Inadmissibilidade da Reclamação

- 1. A não admissão de reclamações, ou continuidade do tratamento destas pela **Confiança Seguros**, **S.A**, pode ocorrer nas circunstâncias que se seguem:
- a) Sejam omitidos elementos essenciais que inviabilizem a respectiva análise e/ou gestão e que não tenham sido corrigidos no prazo estabelecido, a contar da comunicação;
- b) Em que se pretenda apresentar uma reclamação relativamente a matéria da competência de órgãos judiciais ou arbitrais ou quando o seu objecto tenha sido previamente examinado por estas instâncias;
- c) No decurso da gestão da reclamação, a **Confiança Seguros**, **S.A** tomar conhecimento de que a matéria objecto da reclamação se encontra pendente de resolução, em virtude de ter sido submetido à apreciação e decisão de órgãos arbitrais ou judiciais;
- d) Em que se reitere a reclamação apresentada pelo mesmo reclamante, em relação a mesma matéria e que já tenha sido objecto de resposta pela **Confiança Seguros, S.A**;
- e) Em que a reclamação não tenha sido apresentada de boa-fé e/ou o seu conteúdo seja qualificado como vexatório, ofensivo aos bons costumes;
- f) Em que o reclamante não seja parte legitima ou não tenha interesse em reclamar.

Elaborado por:	Verificado por:	Aprovado por:	Revisão:
Gabinete Jurídico	Gabinete de Compliance	Conselho de Administração	2
17/09/2018	12/06/2024	19/06/2025	14/05/2025
SGO - Controle de Documentos e Registo:			P1-47-PR1-1



2. Verificada quaisquer das circunstâncias acima mencionadas, a reclamação será arquivada e o reclamante devidamente notificado da decisão da Confiança Seguros S.A, no prazo estabelecido.

### Artigo 10°

### **Prazos**

1. O procedimento de Reclamação está sujeito aos seguintes prazos gerais:

Facto	Prazo	
Acusar a recepção da reclamação	Até 5 dias úteis	
Requerer/Adicionar informações omitidas	Até 10 dias úteis	
Responder ao reclamante	Até 15 dias úteis	

2. Nos casos de processos que se revistam de especial complexidade, o prazo de resposta poderá ser estendido para até 20 (vinte) dias.

# Artigo 11º Tratamento da Reclamação

- 1. Após recebimento da reclamação, será atribuído um número de referência para rastreamento futuro e dele dar conhecimento ao reclamante.
- 2. Caso a reclamação não incluir os elementos necessários para o efeito, a **Confiança Seguros, S.A** notificará o reclamante para suprir a omissão.
- 3. Sempre que, por razões justificáveis, não for possível a **Confiança Seguros**, **S.A** observar os prazos internos definidos para a gestão da reclamação, a seguradora dará conhecimento do facto ao reclamante, as diligências em curso e a data estimada para a conclusão do processo.

# Artigo 12° Dever de Fundamentação e Comunicação da Decisão

- 1. Qualquer decisão proferida pela **Confiança Seguros**, **S.A** no âmbito do processo de reclamação, deve ser devidamente fundamentada nos termos das leis que regulam a actividade desenvolvida pela seguradora, as disposições legais e contratuais aplicáveis e demais políticas e normativos vigentes na companhia.
- 2. A decisão deve ser enunciada por escrito, em linguagem clara, objectiva e perceptível, adequandose ao perfil específico do reclamante, transmitindo o resultado da apreciação em suporte de papel ou qualquer outro meio idóneo, duradouro e acessível ao reclamante.

Elaborado por:	Verificado por:	Aprovado por:	Revisão:
Gabinete Jurídico	Gabinete de Compliance	Conselho de Administração	2
17/09/2018	12/06/2024	19/06/2025	14/05/2025
SGO - Controle de Documentos e Registo:			P1-47-PR1-1



# Artigo 13° Dever de informação

Caso a decisão não satisfaça integralmente os termos da reclamação, a Seguradora deverá esclarecer ao reclamante sobre as opções de que dispõe para prosseguir o tratamento da sua pretensão, particularmente o Provedor do Cliente, a ARSEG, os mecanismos de resolução extrajudiciais de litígios e os tribunais.

### Artigo 14º Recurso ao Provedor do Cliente

- 1. Caso o reclamante não obtenha resposta da Seguradora nos prazos estipulados ou tendo sido observados os prazos discorde do sentido da mesma, poderá recorrer aos serviços do *Provedor do Cliente* para apreciação do diferendo.
- 2. O *Provedor do Cliente* é a pessoa singular ou colectiva, munida de competências técnicas e profissionais em matérias relativas aos seguros e que não possui vínculo laboral com a Seguradora, habilitado para apreciação célere e imparcial das reclamações que lhe são submetidas.
- 3. O *Provedor do Cliente* actua como um canal de comunicação entre a **Confiança Seguros**, **S.A** e os Tomadores de Seguros, Segurados, Beneficiários ou outros Terceiros Lesados, Mediadores, Parceiros, Pessoas Singulares ou Colectivas, esclarecendo, prevenindo e fazendo a mediação de conflitos concorrendo para a solução dos mesmos.
- 4. O reclamante poderá manter contacto com o *Provedor do Cliente* da **Confiança Seguros, S.A**, o Sr. *Joaquim Manuel Terim*, pelos seguintes canais:
- Telefone: (+244) 927 32 63 48
- Email: provedordocliente@confiancaseguros.co.ao
- Endereço: Bairro Miramar, Rua Companhia de Jesus, casa n. 61, Sambizanga Luanda

### Artigo 15°

### Dever de Colaboração com o Provedor

A **Confiança Seguros**, **S.A** adoptará as medidas necessárias para garantir que os procedimentos previstos para a tramitação da informação requerida pelo *Provedor do Cliente* seja efectuada com rapidez, segurança e coordenação.

Elaborado por:	Verificado por:	Aprovado por:	Revisão:
Gabinete Jurídico	Gabinete de Compliance	Conselho de Administração	2
17/09/2018	12/06/2024	19/06/2025	14/05/2025
SGO - Controle de Documentos e Registo:			P1_47_PR1_1



Artigo 16° Registo

A **Confiança Seguros**, **S.A** manterá o registo integral das reclamações por um período não inferior a 5 (cinco) anos, garantindo a identificação do reclamante, a data de entrada e motivo da reclamação, data da ocorrência dos factos reclamados, bem como as apreciações feitas, respectivas medidas e resolução e a data de comunicação da resposta ao reclamante.

Artigo 17° Revisão

O presente regulamento só poderá ser alterado por decisão do *Conselho de Administração*, sempre que os factos assim o justifiquem, nomeadamente alterações na regulamentação emitida pelos órgãos de supervisão ou outra legislação a que a **Confiança Seguros**, **S.A** está adstrita, ou outros factos relevantes.

Artigo 18° Aprovação e Entrada em Vigor

O presente regulamento entra em vigor na data da sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Elaborado por:	Verificado por:	Aprovado por:	Revisão:
Gabinete Jurídico	Gabinete de Compliance	Conselho de Administração	2
17/09/2018	12/06/2024	19/06/2025	14/05/2025
SGO - Controle de Documentos e Registo:			P1_47_PR1_1